

**ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E AÇÕES SOCIOPEDAGÓGICAS  
COMO PROPOSTA DE INCLUSÃO**

*<https://dx.doi.org/10.59068/24476137avanilda>*

**Avanilda Mariano**  
*avanildamariano@gmail.com*

Pedagoga graduada pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, pós-graduada em Psicopedagogia Institucional – Centro Universitário FIEO, pós-graduada em Educação Socioemocional – Instituto Brasileiro de Formação de Educadores – IBFE, curso de extensão em Alfabetização, curso de extensão em A neuroplasticidade e o ambiente escolar e curso de extensão Resolução de conflitos no cotidiano da escola, como promotores de autonomia, no Instituto Superior de Educação Vera Cruz. Pedagoga atuante desde 2006, desenvolvendo trabalho em Instituições de Acolhimento (Saica), Coordenadora da 1ª República Jovem, na Zona Oeste, iniciativa da Prefeitura de São Paulo, em convênio com uma Organização Não Governamental, Coordenadora e Capacitadora de Abrigo – ONG Projeto L.A.R, (programa de formação e capacitação em serviço). Atuou como Pedagoga e Psicopedagoga no Centro de Atendimento Biopsicossocial Meu Guri, à época, atuante na área de apoio socioeducativo – Centro para a Criança e Adolescente - CCA - com a proposta de garantir proteção social à criança e adolescente em situação de vulnerabilidade e risco. Autora do Projeto de Alfabetização e responsável pela sua implantação no CAB Meu Guri, o qual, foi se atualizando, passando a novas bases, em continuidade ao Projeto, tornando-se efetivamente Oficina Pedagógica, além de desenvolver capacitação em serviço, contribuir com atividades pedagógicas nos trabalhos promovidos e desenvolvidos pela entidade em articulação com a rede de serviço do município de Mairiporã, nas áreas de educação e assistência social, fomentando o trabalho socioeducativo. Em demais entidades, Analista Institucional.



Imagem Karolina Grabowska

## **ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E AÇÕES SOCIOPEDAGÓGICAS COMO PROPOSTA DE INCLUSÃO**

### **LITERACY, LITERACY AND SOCIOPEDAGOGICAL ACTIONS AS A PROPOSAL FOR INCLUSION**

### **ALFABETIZACIÓN, LETRAMENTO Y ACCIONES SOCIOPEDAGÓGICAS COMO PROPUESTA DE INCLUSIÓN**

#### **RESUMO**

Este artigo tem como um dos principais objetivos demonstrar possibilidades de atuação, sob a ótica do binômio inclusão/exclusão, dentro de uma prática sociopedagógica, no contraturno escolar, com crianças e adolescentes menos favorecidos, com defasagem muito grande no nível de alfabetização, idade-série. Incluídas, enquanto matriculadas na escola, contudo, de forma paradoxal, excluídas no direito de aprender, numa região considerada rural, apesar da proximidade com a capital São Paulo. Em termos de metodologia, o trabalho realizado caminhou de forma a seguir os passos da pesquisa-ação, pelas experiências e vivências empíricas no cotidiano institucional e familiar do público-alvo envolvido. As parcerias com a própria instituição em que foi realizado o trabalho, com a rede socioassistencial da região e famílias das crianças e adolescentes em questão, foram de muita valia para os resultados positivos que obtivemos durante os sete anos de realização do trabalho, em que esses resultados positivos, especialmente, com base em mudanças não apenas socioeducativas, bem como, socioemocionais, refletissem dentro do contexto escolar e na vida de cada um. Este artigo convida os leitores a refletirem sobre nosso dever, a nossa responsabilidade, o nosso compromisso profissional e ético, com aqueles que escolhemos trabalhar. E não menos importante, sobre a nossa formação acadêmica, formação continuada, identidade profissional, dentre outros determinantes, para que possamos estar fortalecidos para trilharmos caminhos, muitas vezes tão tortuosos e extenuantes, e ao final, tão gratificantes.

**Palavras-chaves:** inclusão/exclusão, alfabetização, letramento, parcerias

## ABSTRACT

One of the main objectives of this article is to demonstrate possibilities for action, from the perspective of the binomial inclusion/exclusion, within a socio-pedagogical practice, after school, with less privileged children and adolescents, with a very large gap in literacy level, age-series. Included, while enrolled in school, however, paradoxically, excluded from the right to learn, in a region considered rural, despite its proximity to the capital São Paulo. In terms of methodology, the work carried out the steps of action research, through empirical experiences, built in the institutional and family daily life of the target audience involved. Partnerships with the institution where the work was carried out, with the school, with the region's social assistance network, families of the children and adolescents in question, were very valuable for the positive results we obtained during the seven years of carrying out the work, in which these positive results, especially based on changes that are not only socio-educational, but also socio-emotional, are reflected within the school context and in each person's life. This article invites readers to reflect on our duty, our responsibility, our professional and ethical commitment to those we choose to work with. And not least, about our academic and continuing education, professional identity, among other determinants, so that we can be strengthened to follow paths, often so tortuous and exhausting, and in the end, so rewarding.

**Keyword:** inclusion/exclusion, literacy, literacy partnerships

## RESUMEN

Uno de los principales objetivos de este artículo es demostrar posibilidades de actuación, desde la perspectiva del binomio inclusión/exclusión, dentro de una práctica sociopedagógica, en el contraturno escolar, con niños y adolescentes menos privilegiados, con desfase/retraso muy grande en el nivel de alfabetización, edad serie (edad año escolar). Incluidos, aunque matriculados en la escuela, pero, paradójicamente, excluidos del derecho a aprender, en una región considerada rural, a pesar de su proximidad a la capital São Paulo. En términos metodológicos, el trabajo realizado siguió los pasos de la investigación-acción, a través de experiencias y vivencias empíricas, construidas en el cotidiano institucional y familiar del público objetivo involucrado. Las alianzas con la institución donde se realizó el trabajo, con la escuela, con la red de asistencia social de la región, con las familias de los niños y adolescentes en cuestión, fueron muy valiosas para los resultados positivos que obtuvimos durante los siete años de ejecución del trabajo, en que estos resultados positivos, especialmente basados en cambios no sólo socioeducativos, sino también socioemocionales, se reflejan dentro del contexto escolar y en la vida de cada persona. Este artículo invita a los lectores a reflexionar sobre nuestro deber, nuestra responsabilidad, nuestro compromiso profesional y ético con aquellos con quienes elegimos trabajar. Y no menos importante, de nuestra formación académica, educación continua, identidad profesional, entre otros determinantes, para que podamos estar fortalecidos para seguir caminos, muchas veces tan tortuosos y agotadores, y al final, tan gratificantes.

**Palabras clave:** inclusión/exclusión, alfabetización, letramento, alianzas

## INTRODUÇÃO

O presente artigo visa compartilhar com o leitor, a realização de um Projeto desenvolvido em um Centro para Crianças e Adolescentes – CCA, em que a ideia do planejamento para a implementação do Projeto, nasceu da conversa que tive com Educadores deste Centro, quando estive em visita à Instituição. Relataram as dificuldades que tinham em desenvolver determinadas atividades, com parcela significativa de crianças e adolescentes, em função da deficiência detectada, em aspectos básicos, relacionados à alfabetização.

Neste contexto, vamos falar sobre *INCLUSÃO*, pela ótica da exclusão. Binômio que caminham juntos. As bases teóricas para a realização deste Projeto foram pautadas, sobretudo, na Teoria Histórico-cultural, aqui representada por Lev Semenovitch Vygotsky; pela Pedagogia Progressista, representada por Paulo Freire, em sua tendência pedagógica, denominada libertadora, e José Carlos Libâneo, em sua pedagogia crítico-social dos conteúdos.

## **OBJETIVOS**

O principal objetivo deste artigo é trazer o leitor à luz da reflexão, para que, por intermédio das ações implementadas no trabalho realizado no CCA, tenha elementos para discernir se há ou não resultados significativos possíveis, quando planejamos, investimos e acreditamos nas possibilidades e potencialidades do público-alvo que escolhemos trabalhar, para que haja de fato, a chamada *INCLUSÃO*.

## **MÉTODO**

Embora o trabalho realizado não tenha tido o caráter de pesquisa, o mesmo muito se assemelhou à pesquisa-ação, pois as experiências e vivências, foram totalmente empíricas, com ações desenvolvidas diretamente com o público-alvo, e, no Projeto em questão, o intuito sempre foi em contribuir com um problema de ordem coletiva, que afetava crianças e adolescentes advindos dos bancos escolares, concentrados neste Centro para Crianças e Adolescentes. E, visando maior eficácia e resultados positivos nos objetivos do trabalho, foi fundamental a conscientização e sensibilização da equipe do CCA, sobre a importância de tornarem-se partícipes do processo de desenvolvimento do Projeto.

De acordo com Franco (2005) e Rentes (2022), a pesquisa-ação parte do mergulho na práxis do grupo social estudado, sendo as intervenções, mudanças e transformações acordadas e definidas no coletivo, assumindo uma postura colaborativa, construtiva e crítica. A pesquisa-ação então levaria em consideração a voz do sujeito, sua realidade, perspectiva e sentido no mundo. A metodologia em pesquisa-ação não se faz por meio de um método rígido, engessado e predeterminado, mas sim se organiza pelas situações relevantes que emergem durante o cotidiano do trabalho e das intervenções. A ideia é que o participante, ao longo da experiência, passe a tomar consciência das transformações que vão ocorrendo em si próprio, bem como dentro de seu processo social, institucional e/ou cultural.

Na minha formação como pedagoga e psicopedagoga, esta experiência muito contribuiu com trabalhos posteriores que realizei, especialmente em SAICAS (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes), que tem por objetivo acolher e garantir proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono.

## **SITUANDO O LEITOR**

Este Centro para Crianças e Adolescentes - CCA, localizava-se na Serra da Cantareira, com atividade-fim, socioeducativa. Uma entidade sem fins lucrativos, mantido à época, por um Sindicato em parcerias com empresas. Atendia crianças, adolescentes e famílias do entorno, muitas delas em situação de risco social, classe socioeconômica menos favorecida, com baixo nível ou nenhuma escolaridade, por parte de suas famílias.

Este CCA atendia cerca de 120 usuários, com idades desde 06 anos até catorze anos e onze meses, de ambos os sexos. A participação dos usuários nas atividades oferecidas era no contraturno escolar, em suas diversas oficinas, tais como: música, esporte, artesanato, marcenaria, jogos e brincadeiras, além das oficinas socioeducativas.

Este público atendido localizava-se em áreas próximas da Instituição. Na verdade, eram localizações não tão próximas assim, pois precisavam de uma logística que atendesse, necessariamente, suas demandas por transporte, caso contrário, seria inviável a participação dessas crianças e adolescentes no CCA, pela distância envolvida.



Para tanto, eram utilizados um micro-ônibus, uma Van, e um carro de passeio, divididos pelo número de usuários atendidos, por horário de atendimento. Dessa forma, mediante tamanha singularidade territorial e populacional, se justifica a escolha por se trabalhar dentro da perspectiva em pesquisa-ação:

Por isso, realço a questão em torno de uma pedagogia da pesquisa-ação que implica em a complexidade, a imprevisibilidade, a oportunidade gerada por alguns acontecimentos, a fecundidade potencial de alguns momentos que emergem da práxis, indicando que o pesquisador precisa muitas vezes agir na urgência e decidir na incerteza (Franco, 2005, p. 497).

A principal característica da região onde as famílias dessas crianças e adolescentes moravam, na Serra da Cantareira, município de Mairiporã, é ser zona rural, com moradias humildes, localizadas em pequenas vilas, onde duas realidades totalmente distintas coexistem, a que relatei, das famílias das crianças e adolescentes, e as mansões dos moradores abastados, com alto poder aquisitivo, dentro de seus condomínios de alto padrão.

Grande parte dessa população carente, os pais dessas crianças e adolescentes, trabalham para essas famílias ricas, como caseiros, jardineiros, diaristas, empregadas domésticas, ou atendendo quaisquer outras necessidades desses moradores ricos.

Quando apresentei a proposta de desenvolver o Projeto, com foco, principalmente, em alfabetização, para a direção do CCA, não havia nenhuma perspectiva por parte desta direção em implantar algum tipo de trabalho como fator de contribuição no processo de aprendizagem escolar do público atendido. Foi a crença na importância no Projeto, que houve a minha contratação, e assim, tive o privilégio de desenvolver este trabalho de 2008 a 2015.

## **DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS**

Iniciando o Projeto, com raríssimas exceções, a Avaliação Diagnóstica foi desesperadora. Entre crianças e adolescentes, havia uma defasagem muito grande no nível de alfabetização, idade-série.

As crianças do ensino fundamental I, várias delas, demonstraram comprometimento na alfabetização, algumas já no quarto ano, porém, analfabetas. E havia ainda aquelas, nos dois primeiros anos de alfabetização, com sérios problemas nesse processo de se alfabetizarem.

Em relação aos adolescentes, no ensino fundamental II, havia desde adolescentes analfabetos, analfabetos funcionais<sup>8</sup>, até aqueles que embora não fizessem parte dos dois grupos anteriores, apresentavam graves problemas ortográficos, além de outras questões gramaticais.

Diante do exposto acima, podemos inferir que, não havendo uma intervenção, as crianças do ensino fundamental I, eram crianças em potencial que poderiam vir a ocupar os mesmos lugares, os quais se encontravam os adolescentes acima mencionados, porque muito embora estivessem incluídas no espaço escolar, paradoxalmente, estavam marginalizadas, excluídas, no seu direito de aprender. Ao meu ver, estavam apenas matriculadas. Haja vista o caso de alguns adolescentes, analfabetos, no ensino fundamental II.

Dessa forma, a situação exigia por ações urgentes, diante do quadro preocupante que a Avaliação Diagnóstica detectou. Assim sendo, iniciei atendimento individualizado e personalizado para todos aqueles que necessitavam se alfabetizar, porque o tempo urgia para eles, conseqüentemente, tive melhores condições de planejar ações pedagógicas, visando captar, entender cada dificuldade em sua singularidade, peculiaridade e particularidade de cada criança ou adolescente atendido, porque na escuta ativa daquilo que a criança e o adolescente falavam, quantas vezes, inúmeras vezes, mudei os caminhos planejados em suas aprendizagens, porque quem me mostravam o caminho eram eles. Era só os seguir.

As mudanças de “caminhos”, estavam totalmente influenciadas por esta fala de Paulo Freire:

Alguns desses caminhos e algumas dessas veredas, que a curiosidade às vezes quase virgem dos alunos percorre, estão grávidos de sugestões, de perguntas que não foram percebidas antes pelo ensinante. (2005, p.27)

---

<sup>8</sup> Em relação ao termo Analfabeto Funcional, podemos pensar em indivíduos que reconhecem, decodificam letras e números, porém, não são capazes de interpretar textos mais elaborados, bem como, realizar as operações matemáticas.



A fase de letramento era somente trabalhada à medida em que cada criança ou adolescente avançava na alfabetização, pois, diante de tantas dificuldades apresentadas, pelo pouco contato, ou nenhum contato, com o universo letrado, antes de entrarem na escola, trabalhar com base na teoria construtivista, por exemplo, para eles, era muito difícil e sofrível.

Na fase de letramento, já se podia realizar grupos com as crianças ou adolescentes, por faixa etária, ou mesmo, por nível de aprendizagem. E a formação de grupos, trazia uma grande riqueza, pois apesar de atuar na chamada Zona de Desenvolvimento Proximal, das crianças e adolescentes, no atendimento individual, no grupo, esta ação se dava entre os integrantes dos grupos, diante das situações de aprendizagem desenvolvidas. Esta Zona refere-se:

A distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (Vygotsky, 1991, p.97)

Já aptos a ler e escrever, mesmo com alguns cuidados na ortografia, era possível iniciá-los na produção e interpretação de textos, e ir além, porque um dos objetivos desta fase era articular o Projeto de Alfabetização e Letramento, a ações sociopedagógicas.

Nesta articulação foram desenvolvidas duas propostas de trabalho. Uma delas, referia-se à criação de uma Oficina Sociopedagógica, em que foram trabalhados temas, tais como: As diversas formas de violência e seus ambientes; Conhecimento e respeito ao próprio corpo e do Outro; Diversidade cultural; Sexualidade; Orientação sexual; Homofobia; As diversas formas de preconceito; Profissão, emprego e empregabilidade; Cidadania; Álcool e drogas, dentre outros. A inspiração se deu com base na Pedagogia Progressista, em sua tendência Libertadora, conhecida como pedagogia de Paulo Freire, com seus “temas geradores, extraídos da problematização da prática de vida dos educandos.”

Assim sendo, a forma de trabalho educativo é o “grupo de discussão”, a quem cabe autogerir a aprendizagem, definindo o conteúdo e a dinâmica das atividades. (Libâneo, 1985, p. 33-34)

As Oficinas eram contempladas com recursos audiovisuais, para melhor e maior assimilação dos temas desenvolvidos, os quais, geravam algum passeio ou visita em algum lugar, que tivesse relação com o tema trabalhado. A visita a uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)<sup>9</sup>, foi uma experiência incrível.

Nesta linha de visita e saídas, não posso deixar de discorrer sobre um passeio realizado. Depois de vários encontros onde trabalhamos Álcool e Drogas e suas consequências, foi proporcionado a todas as crianças e adolescentes que participaram desta Oficina, um dia de lazer no Parque do Ibirapuera. Dia repleto de alegria e muita vibração. Eles não sabiam, que na verdade, o objetivo do passeio era complementar o trabalho acima mencionado.

Quando voltamos, nos reunimos, e as seguintes perguntas foram feitas: 1) Quem estava feliz no passeio, e o que os deixaram felizes? 2) Quem usou algum tipo de droga durante o passeio? Com esta pergunta, a sala quase veio abaixo. Ficaram indignados com tal questionamento. Então eu falei, claro que ninguém usou nenhuma droga, porque para bem-estar, alegria e felicidade, reais, não precisamos delas. E assim, com esta introdução, seguimos adiante no diálogo que se estendeu, sem que notássemos a chegada da hora de irmos embora.

A outra proposta implementada foi a criação de um grupo de teatro, permanente, em que a participação era voluntária. Todas as ações desenvolvidas com as crianças e adolescentes, eu amava, mas devo confessar, que esta era a menina dos meus olhos.

Com o intuito de melhor desenvolver as potencialidades dos adolescentes, criei uma Oficina de Teatro, visando melhorar suas leituras, além de trabalhar impostação da voz, melhor desenvoltura ao falar, trabalho em equipe, aprender a conviver em grupo (nossa, como brigavam entre si), cooperar, colaborar, aprenderem a se concentrar, pois precisavam memorizar as falas. Lembro que foi muito difícil convencer alguns adolescentes a participar, muita timidez e vergonha de se exporem, não estavam acostumados a serem protagonistas.

---

<sup>9</sup> Antigamente essas instituições eram chamadas de asilos ou casas de repouso. A atual nomenclatura utilizada passa a ser Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

A intenção era reunir um grupo permanente, para que a proposta criasse raiz, vingasse e tivesse vida longa, que a equipe se fortalecesse, por isso o desejo de manter a permanência dos participantes, digo, dos atores.

Neste trabalho realizado o foco sempre esteve voltado à INCLUSÃO, por isso, decidi e coloquei em prática, depois de muito exercício de convencimento para que a diretora aceitasse o meu pedido, incluir funcionários na atuação das peças de teatro, mas não era qualquer funcionário. Deveria ser e foram os funcionários do setor operacional: as “meninas” da limpeza, com idades que variavam dos trinta aos sessenta anos, o rapaz que cuidava do jardim e demais serviços na área de manutenção do espaço interno e externo do CCA, um dos motoristas, e Educadoras, alguns deles, também excluídos do sistema escolar. Este feito foi uma festa de diversidade e INCLUSÃO.

Quando resolvi criar a Oficina de Teatro, achei que era só olhar na internet, e lá estariam as peças de teatro que estavam idealizadas na minha cabeça. Claro que não. Percebi então, que se eu quisesse levar esta ideia adiante, eu mesma teria que escrevê-las. E assim foi feito. Escrevi várias peças, todas com temas pertinentes e importantes ao trabalho sociopedagógico. A primeira, na verdade, adaptei de um texto de teatro que encontrei: O Reino do Alfabeto. A adaptação foi realizada a torná-la totalmente interativa com o público, em que a plateia, repleta de crianças, muitas em fase de alfabetização, num dado momento da peça, formavam palavras, com as letrinhas (atores), em cena.

Todas as peças apresentadas tiveram a sua importância e relevância, porém, a peça O Reino do Alfabeto, definitivamente, mora no meu coração. Além do que, tivemos a honradíssima participação de um SAICA, o Coordenador à época, um queridíssimo amigo, saiu de Osasco e levou as crianças para passar um dia neste CCA. Como não guardar este dia, eternamente no coração.

Cabe aqui revelar, que ao encerrar o meu ciclo profissional nesta Instituição, fiz questão de repaginar O Reino do Alfabeto, e apresentá-la às novas crianças que haviam entrado no CCA. Muita emoção.

E há ainda, outra peça, que trago também, com muito amor, pelo o que a mesma significou para as crianças e adolescentes, que dela participaram. Mas para falar sobre ela, preciso relatar o porquê de sua criação.

Estava participando de um evento no Teatro Municipal de Mairiporã, sobre o Dia Nacional do Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente, que ocorre no dia 18 de maio, de cada ano, quando ao final do evento, foi anunciado que haveria um concurso de teatro sobre este tema, e que as escolas do município estavam convidadas a participar, e que o convite seria estendido ao CCA, caso quiséssemos concorrer. Na hora, já decidi mentalmente que iríamos participar. E participamos.

De acordo com as regras de participação, a peça não poderia ter mais de quinze minutos. A diretora do CCA riu de mim, e disse que eu não conseguiria escrever uma peça de apenas quinze minutos, porque sou muito falante. Mas consegui, equilibrei cenas simbólicas com as falas das crianças e adolescentes.

Ao contrário de todas as escolas, que apresentaram roteiros parecidos, focando no assédio sexual e em como o mesmo acontece, eu dei voz às crianças e aos adolescentes “violentados”. Para cada um deles, estava nomeado um sentimento relacionado à violência sexual sofrida, em que eles verbalizavam em cada um desses sentimentos, como se sentiam diante de ato tão monstruoso, hediondo, apontando para duas figuras sentadas, com as cadeiras situadas no centro do palco. Uma figura era feminina, representando a mãe, muitas vezes omissa, e para uma figura masculina, com uma máscara negra no rosto, simbolizando uma figura oculta, obscura, em que, por trás desta máscara, poderia ser qualquer pessoa. Como sabemos, por autoridades competentes, que esta figura, normalmente, é muito próxima da criança ou do adolescente.

Não ganhamos o concurso, nem era esta a minha finalidade, questão que eu já havia conversado com os participantes de qual era a real importância de estarmos ali. E qual não foi a minha surpresa, quando fomos convidados a representar esta peça em uma escola em Mairiporã, depois em um evento para a comunidade do entorno do CCA, com diversos convidados de diversas áreas, assistência social, saúde e educação do município. E pasmem, depois de exatos um ano, fomos convidados a representá-la novamente no Teatro Municipal de Mairiporã, em função do impacto que causava, e a reflexão que promovia. A autoestima das crianças e adolescentes quase explodiu, de tanto orgulho.

Estas duas propostas, Oficina Sociopedagógica e de Teatro, promoveram maior participação e interação entre as crianças e adolescentes, tornando-os protagonistas dentro da realidade da qual faziam parte, fomentando melhor capacidade de discernimento sobre os temas discutidos, e suas implicações, tanto no plano individual, como no coletivo. Foram encontros dialógicos e dialéticos.

Deste modo, podemos pensá-los enquanto sujeitos, com base na perspectiva da psicologia histórico-cultural, em que para Vygotsky:

As funções psicológicas emergem e se consolidam no plano da ação entre pessoas e tornam-se internalizadas, isto é, transformam-se para constituir o funcionamento interno. O plano interno não é a reprodução do plano externo, pois ocorrem transformações ao longo do processo de internalização. Do plano intersíquico, as ações passam para o plano intrapsíquico. Considera, portanto, as relações sociais como constitutivas das funções psicológicas do homem. Essa visão de Vigotski justificou o título de sócio-interacionismo à sua teoria. (Bock, Furtado, Teixeira, 1996, p. 94)

Não posso deixar de contar sobre outros trabalhos desenvolvidos, como o Soletrando. Obviamente, já perceberam que copieei de um programa de televisão. Isto mesmo. Adequiei o Soletrando da televisão, à nossa realidade, e realizava este evento por grupos: por faixa etária e de acordo com o nível de alfabetização alcançado, grupos mais avançados na alfabetização, e no caso dos adolescentes, a complexidade das palavras, eram em maior grau. Antes do evento, havia muito estudo e preparação, com base em simulados, com cada grupo participante. Eles adoravam esta prévia. A competição já começava ali.

No dia do Soletrando, as crianças e adolescentes ficavam ansiosos, mas, principalmente eufóricos, pois havia entrega de prêmios para o primeiro, segundo e terceiro lugares, com direito também a troféu para o primeiro lugar. Este dia virava uma festa.

Não menos importante era o Torta na Cara, outra cópia de outro programa da televisão. A finalidade desta atividade, que era pedagógica, era realizar perguntas sobre os trabalhos realizados nas Oficinas Sociopedagógicas, com base nos temas dialogados e debatidos nos encontros semanais. Era muito engraçado, pois as crianças e adolescentes, queriam muito acertar as respostas, mas ficavam em conflito, porque queriam levar Torta na Cara, porque eu fazia questão de fazer um delicioso chantilly para ser a torta. Se o dia do Soletrando virava uma festa, o que dizer deste dia. Ah, eles faziam questão que eu levasse torta na cara, também.

Agora vamos fazer um parêntese para falarmos sobre as famílias das crianças e adolescentes, também excluídas pela escola, pelas várias formas de preconceito que esta instituição muitas vezes carrega, e muitas vezes de forma camuflada, dissimulada, em relação às famílias pobres.

O que se percebe quando adentramos os muros escolares e conversamos com muitos de seus atores, que podem ir desde à direção da escola, passando pelos professores, chegando até mesmo, na base de trabalho, o operacional, é que cada um desses atores escolares, subjetivamente, traz consigo, um ideal de família. A família “boa”. E esta idealização, está em conformidade com a família de cada um. A família “ideal”. E quanto mais distante, a família “má”, “desestruturada”, está da nossa, quanto mais longe de nossos padrões e valores morais, mais desacreditada está, porque percebe-se um determinismo biológico, explicando o “fracasso” da família. Uma frase muito utilizada, a qual resume esta teoria determinista, é: filho de peixe, peixinho é. Ou seja, não adianta investir naquela criança ou adolescente. Eles serão e reproduzirão, o que sua família é.

Mas, vamos falar um pouco mais da família, enquadrando-a no tema sobre *Parcerias*, olhando para elas, de forma positiva, como famílias em potencial em contribuir com o desenvolvimento cognitivo de seus filhos. Incluindo-as.

Como já mencionado, este artigo se propôs a falar sobre INCLUSÃO. A vista disso, vamos incluir os nossos parceiros: família, escola, rede socioassistencial, comunidade. Aliás, falar sobre as parcerias estabelecidas, daria um outro artigo. Contudo, não posso deixar de falar um pouquinho sobre o trabalho realizado com esses parceiros.

O que se percebe quando adentramos os muros escolares e conversamos com muitos de seus atores, que podem ir desde à direção da escola, passando pelos professores, chegando até mesmo, na base de trabalho, o operacional, é que cada um desses atores escolares, subjetivamente, traz consigo, um ideal de família. (p.95)



Como o meu tempo está acabando, digo, minhas páginas para o artigo, vamos colocar por tópicos, um pouquinho do trabalho realizado com esses parceiros, para não deixar o leitor no vácuo.

Famílias: Formamos parcerias com as famílias das crianças e adolescentes com maiores dificuldades de aprendizagem. Dialogar com as famílias, com escuta ativa, entender suas dificuldades, e perceber suas potencialidades, mesmo naquelas famílias com pais ou responsáveis, analfabetos, semianalfabetos, ou analfabetos funcionais, visando encontrar caminhos para que colaborassem nas aprendizagens de seus filhos, valorizando-os, acelerou o processo de aprendizado dessas crianças e adolescentes. E o elo que nos unia, além de ambas as partes quererem muito, o desenvolvimento deles, foi o caderninho amarelo, que funcionou como o nosso elo de ligação e troca, não apenas pedagogicamente, mas também, afetivamente. Lembro com que alegria cada criança ou adolescente me trazia e levava o caderninho amarelo. E em como as mães tinham um carinho particular por ele. Quantos bilhetinhos recebi no caderninho amarelo, de agradecimentos e muito carinho.

Escola: Busquei parceria com as escolas que as crianças e adolescentes frequentavam, também, para os casos considerados mais graves, para entender com base no olhar da escola, levando o meu olhar, frente a problemática que se apresentava, em termos de aprendizagem, como eu poderia contribuir para o melhor aprendizado dos alunos em questão. Além desta parceria para que eu contribuísse com suas aprendizagens, desenvolvemos dois projetos: levar o teatro até a escola de ensino fundamental II e ensino médio, e ampliar o trabalho realizado sobre álcool e drogas na Oficina Sociopedagógica, com todos os alunos da escola. Neste Projeto, trabalhei com os três turnos escolar: manhã, tarde e noite. Para cada classe, os professores cederam os seus horários de aula.

Estendendo ainda mais as parcerias com as escolas, trouxe para dentro do CCA, duas outras escolas, as quais nossas crianças e adolescentes não frequentavam, uma de ensino fundamental I e outra de ensino médio, para desenvolvermos um outro Projeto, sobre diversidade, diversidade cultural e preconceito. Para esta última, havia um condicionante, selecionarem os alunos rotulados de alunos-problema.

Rede socioassistencial: Levei a proposta de trabalharmos em parceria a esta rede, com todos os profissionais que algumas crianças e adolescentes eram atendidos, tais como: psicólogos; atendimentos psicopedagógicos, auxiliares na aprendizagem das crianças e adolescentes com dificuldades em seus aprendizados; assistentes sociais, que faziam algum tipo de atendimento às famílias dessas crianças e adolescentes em questão.

Comunidade: Outro projeto, muito bem sucedido, também, foi sobre Educação Financeira. Uma das propostas, foi levada a um supermercado, para que autorizassem que explorássemos os recursos do lugar para que pudéssemos desenvolver esta atividade pedagógica, com as crianças e adolescentes, em que eles teriam uma certa quantia de dinheiro, fictícia, levariam uma lista do que eles gostariam de comprar, e qual o resultado disto. Como fazer caber o que precisamos, no dinheiro que dispomos. Compramos o que desejamos ou o que necessitamos? O que fazer? Lembro em como erámos abordados pelos clientes do supermercado, e em como aplaudiam a iniciativa. Sem contar que a gerência ficou tão feliz com o nosso trabalho, que ao final de cada atividade, serviam para as crianças e adolescentes, pão de queijo.

E aqui, muito emocionada com tantas recordações, deixo você leitor, com as minhas considerações finais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na minha trajetória profissional, na área social, pude vivenciar muitas histórias, e pude observar, avaliar e constatar o quanto em nossas atitudes ou a falta delas, podemos desenvolver com compromisso o papel que nos cabe dentro da escolha profissional que fizemos, ou negligenciá-lo, quando não cumprimos as atribuições que o cargo exige, prejudicando desta forma, aqueles que deveríamos educar, cuidar, orientar, proteger.

Este Projeto, estava muito além de querer apenas alfabetizá-los, fazendo com que aprendessem a codificar e decodificar uma escrita, mas, fazer valer a chamada educação, como prática social. Portanto, as atividades pedagógicas de letramento, ou seja, de desenvolverem capacidade de organização de pensamento, interpretação, e não apenas compreensão dos textos lidos, estavam focadas em levá-los à reflexão da leitura realizada, do falado, do dialogado, contribuindo desta maneira, com melhor desenvolvimento de seus processos cognitivos, aliados às ações sociopedagógicas.

Todas as ações, efetivamente, foram planejadas, direcionadas, articuladas, vividas, experienciadas, à realidade, à vida, para que fizessem sentido. Se a educação não tiver este movimento, nossas crianças e adolescentes, estarão de alguma maneira, excluídos.

Diante de todo este percurso, desta minha trajetória, fica aqui a pergunta: Qual o conceito, qual o olhar que cada um de nós tem sobre *INCLUSÃO*? Qual o seu olhar? Este foi o meu.

Termino minhas considerações finais, com o que é muito caro para mim:

O fato, porém, de que ensinar ensina o ensinante a ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para fazê-lo. Não o autoriza a ensinar o que não sabe. A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer uma formação permanente do ensinante. Formação que se funda na análise crítica de sua prática. (Freire, 2005, p.28)

## REFERÊNCIAS

- Bock, A. M. B.; Furtado, O.; Teixeira, M.L. (1996). *Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia*. 9. ed. Saraiva.
- Franco, M. A. S. (2005) *Pedagogia da Pesquisa-Ação*. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 3, p. 483-502.
- Freire, P. (2005) *Professora sim, tia não*. 15. ed. Olho D'água.
- Libâneo, J.C.(1985) *Democratização da escola pública*. Edições Loyola.
- Rentes, R.(2022) *Os meninos de Heliópolis – O Ser e Fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal*. Ed. Appris.
- Vygotsky, L.S.(1991) *A formação social da mente*. 4. Ed. Martins Fontes.

## COMO CITAR ESTE TEXTO

Mariano, A. (2023). Alfabetização, letramento e ações sociopedagógicas como proposta de inclusão. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 9, n.2, 82-99. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137avanilda>

RECEBIDO EM:25/03/2023  
APROVADO EM: 15/05/2023